



***O IMPACTO DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS (SGP)
EUROPEU NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 2010***

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior - DEREK

SETEMBRO

2011

ANÁLISE DO IMPACTO DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS (SGP) EUROPEU NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS 2010

19 de setembro de 2011

Introdução

A Comissão Europeia anunciou, em maio de 2011, uma proposta para a elaboração de um novo regulamento sobre o Sistema Geral de Preferências Tarifárias (SGP). O texto proposto altera o critério de graduação de países elegíveis ao programa, visando a concentrar o benefício tarifário apenas às economias mais pobres do mundo.

Dessa forma, o critério de graduação dos países seria alterado e a base para a exclusão desses passaria a ser a classificação do Banco Mundial de países de **renda per capita média-alta e alta**. De acordo com esse critério, o Brasil estaria excluído do programa, já que, em 2010, apresentou uma renda per capita de US\$ 9.390, média-alta, segundo o Banco Mundial. Do lado do MERCOSUL, a Argentina e Uruguai encontram-se na mesma situação do Brasil, enquanto o Paraguai seguiria beneficiário do programa.

A Índia, com uma *renda per capita* de US\$ 1.340 (média-baixa), também continuaria a gozar das preferências concedidas pela União Europeia (U.E.). A China, por sua vez, que até 2009 era um país com renda média-baixa, transformou-se, em 2010, em um país de renda média-alta, com US\$ 4.260 *per capita*. Se continuar a ser classificada dessa forma por 3 anos consecutivos até o fim da vigência do atual programa (2013), ela deverá ser excluída do SGP a partir de 2014.

No ano de 2008, o benefício foi concedido a mais de 170 países, gerando um valor total de importações de 102€ bilhões¹. O regulamento atual do Programa (*Council Regulation - EC- nº 732/2008*) teve início em 2009 e foi prorrogado até o **final de 2013**. O novo regulamento segue em discussão nas comissões competentes do Parlamento e do Conselho, e qualquer mudança no Programa será implementada a partir de janeiro de 2014.

Objetivo

Diante da proposta de reforma do sistema europeu de preferências tarifárias, e do atual contexto de negociação do Tratado de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a U.E., este estudo tem como principal objetivo analisar o impacto do SGP europeu nas exportações brasileiras. A intenção é que o estudo contribua para a atuação do Brasil na negociação destes dois temas no âmbito bilateral.

Metodologia

Para o presente estudo utilizou-se como fonte principal de obtenção de dados de comércio o sítio EUROSTAT (Serviço de Estatística das Comunidades Europeias), onde foram pesquisados todos os

¹ Fonte: “Análise Econômica do Sistema Geral de Preferências da União Europeia para o Brasil”, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Brasília, 11/2009.

CNs² referentes aos produtos importados pela U.E., em 2010, advindos do Brasil com a preferência do SGP. Além disso, utilizou-se o site TARIC (*Integrated Tariff of the European Union*), da União Europeia, para as pesquisas das tarifas Nação Mais Favorecida (NMF) e Preferencial de todos estes produtos.
















Também na base de dados EUROSTAT foi obtido o valor das importações europeias de produtos brasileiros elegíveis para ao SGP (que entraram, ou não, na U.E., com esta preferência), e das importações totais do bloco europeu, oriundas do Brasil.

Análise

No âmbito das regras do SGP europeu, os produtos elegíveis contam com os seguintes benefícios tarifários:

- não sensíveis: redução tarifária total (alíquota zero);
- sensíveis: a tarifa NMF é reduzida em uma taxa fixa de 3,5 pontos percentuais (p.p), exceto as tarifas específicas, que sofrem uma redução de 30%, e os produtos têxteis, que contam com uma redução de 20%.

Tabela 1 - Diferença entre a tarifa NMF e Preferencial dos principais capítulos do SH exportados pelo Brasil para a U.E. via SGP (2010)

Capítulo	Descrição	Tarifa NMF e SGP	Diferença Tarifária NMF - SGP/UE	Exportações totais pelo SGP
84	Reatores nucl. caldeiras, máq. e instr. Mecânicos		2,2	€ 594.613.546
87	Veículos automóveis e tratores		3,8	€ 592.075.664
39	Plásticos e suas obras		5,7	€ 344.320.534
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes		3,9	€ 329.283.884
29	Produtos químicos orgânicos		4,9	€ 318.843.830
41	Peles, exceto a peleteria, e couros		3,4	€ 260.822.700
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		2,5	€ 182.035.384
08	Frutas; cascas de cítricos e de melões		3,6	€ 149.935.870
72	Ferro fundido, ferro e aço		3,2	€ 131.084.540
28	Produtos químicos inorgânicos		4,5	€ 74.022.838
68	Obras de Pedra, Gesso, Amianto ou Mica		1,6	€ 64.585.937
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais		3,7	€ 64.181.210
40	Borracha e suas obras		3,3	€ 54.573.812
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres		2,9	€ 49.703.011
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço		3,2	€ 46.565.811

0% 2% 4% 6% 8% 10% 12%

■ TARIFA SGP ■ TARIFA NMF

A **tabela 1**³ traz os 15 capítulos mais representativos do SH, em exportações do Brasil para a U.E. pelo SGP, que representam 90% das exportações totais com esse benefício. O cálculo apresentado

²Combined Nomenclature – nomenclatura adota pela U.E., oriunda do Sistema Harmonizado, porém com subdivisões particulares à região.

configura um retrato bastante fiel da realidade tarifária europeia, especialmente pelo fato de representar a média das tarifas NMF e SGP aplicadas aos CNs para os quais o Brasil exportou em 2010, no nível de oito dígitos.

A média da diferença entre as tarifas NMF e preferencial de todos os capítulos apresentados é de 3,5 p.p. Há uma prevalência de valores próximos a esse número, que é exatamente a concessão estabelecida pela U.E. aos produtos sensíveis. Mesmo para os produtos não sensíveis, essa diferença raramente supera os 5 p.p.

Dentre todos os capítulos pesquisados, o de **veículos automóveis, tratores e suas partes** (capítulo 87), que engloba produtos de alto valor agregado, e com números expressivos de exportações pelo SGP, é um dos que possui significativa diminuição tarifária (3,8 p.p). Destaque também para os produtos do setor químico (capítulos 39, 29 e 28), que apresentam elevado volume de exportação, e uma redução tarifária bastante importante (respectivamente 5,7, 4,9 e 4,5 p.p). Esses números levam à conclusão preliminar de que o setor químico será um dos mais afetados com a eventual graduação do Brasil do SGP europeu.

Dentre os cinco capítulos com as maiores exportações de produtos brasileiros, quatro deles possuem uma diferença tarifária muito próxima ou maior do que 4 p.p. A única exceção é o capítulo 84, de máquinas e instrumentos mecânicos, que possui baixas tarifas NMF, especialmente para os produtos do setor de aviação, cujos valores NMF são, em muitos casos, iguais ou muito próximos de zero. O capítulo 64 (calçados e suas partes), por sua vez, apresenta a tarifa NMF mais alta dentre todos os 15 capítulos considerados, próximo de 10%.

A tarifa NMF média do capítulo 08 (frutas, cascas cítricas e melões), historicamente importante na pauta exportadora brasileira para a U.E., é a segunda maior dentre os capítulos pesquisados, aproximando-se de 9%. Esses produtos enfrentam a concorrência de países que gozam não somente do benefício do SGP, mas também do SGP+ e do EBA (*Everything But Arms*), e uma eventual exclusão do Brasil do sistema elevaria as tarifas aplicadas a valores excessivamente altos, como já mencionado.

As exportações brasileiras do capítulo 29 (produtos químicos orgânicos), pelo SGP, que somaram 318€ milhões em 2010, representam 60% das exportações totais deste capítulo (535€ milhões). Mais emblemático ainda é o caso do capítulo 64 (Calçados, polainas e artefatos semelhantes), setor reconhecidamente sensível no Brasil, cujas vendas pelo SGP somaram 84% das importações totais destes produtos para a U.E., em 2010 (329€ milhões preferenciais, contra 394€ milhões totais)⁴.

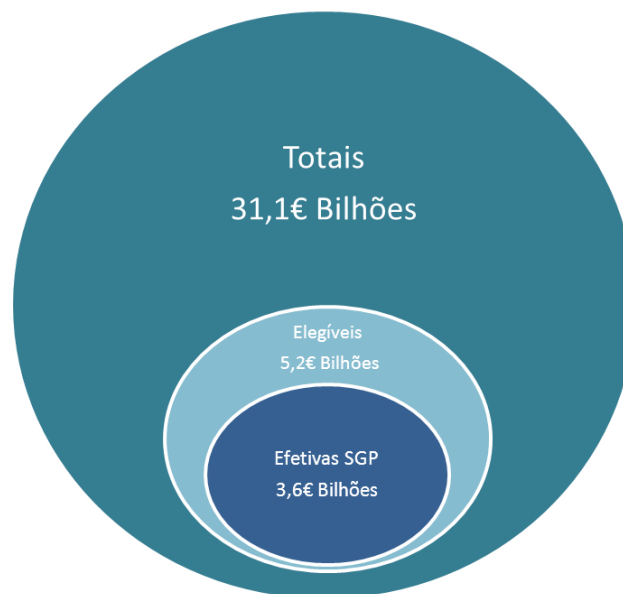
Finalmente, cumpre ressaltar que 95% das exportações listadas na **tabela I** são de manufaturados ou semimanufaturados. Ao mesmo tempo, no acumulado de 12 meses, até julho de 2011, essas duas categorias de produtos representaram apenas 49% das exportações totais do Brasil para a U.E.⁵

³ As médias tarifárias apresentadas neste gráfico são as médias simples de todos os produtos exportados em cada capítulo, e não estão ponderadas por volume de comércio. Durante a consulta ao site TARIC, para aqueles CNs onde havia mais de uma tarifa, no nível de 10 dígitos, foi feita uma média entre os valores encontrados.

⁴ Fonte: EUROSTAT, Serviço de Estatística das Comunidades Europeias

⁵ Fonte: "Raio X do Comércio Exterior Brasileiro" – Julho de 2011 - FIESP

Diagrama 1 – Panorama das Exportações brasileiras para a U.E. (2010).

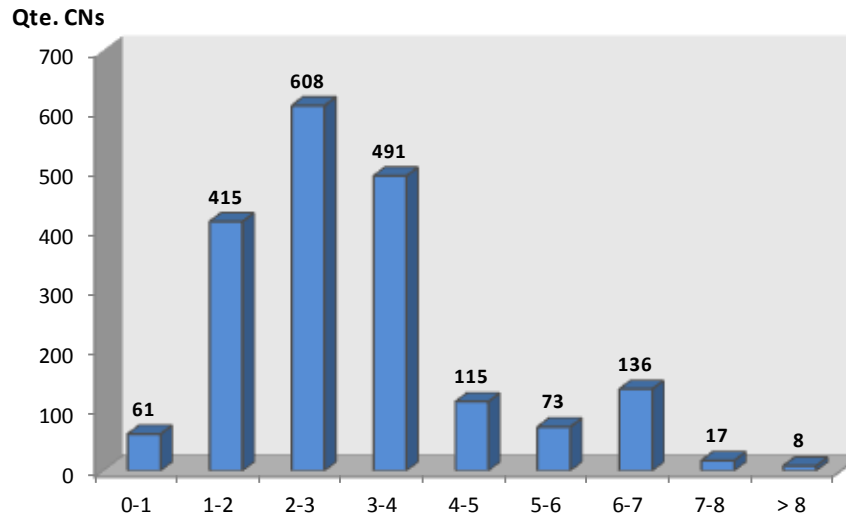


O **Diagrama 1**⁶ traz as exportações totais do Brasil para a U.E., em 2010, bem como dos produtos elegíveis para o SGP, e daqueles que efetivamente foram exportados com essa preferência. Em números absolutos, as exportações brasileiras via SGP para a U.E. ainda não alcançaram os níveis pré-crise financeira internacional (4,3€ bilhões em 2008). Importante ressaltar que cerca 300€ milhões, dentre o total das exportações pelo SGP, entraram na U.E. para serem processados e logo em seguida reexportados, com amplo destaque desta categoria para os produtos do capítulo 87 (veículos e suas partes).

Comparando os dados acima, chega-se a uma taxa de utilização do SGP, em 2010, de 71%. De acordo com estudo publicado pelo MDIC em 2008, naquele ano essa relação foi de 63%. Ainda assim, e apesar da também baixa representatividade do SGP nas exportações totais para o bloco (11% em 2010, contra 49% da Índia, ou 77% de Bangladesh, em 2008), o Brasil segue figurando entre os maiores beneficiários deste programa, em números absolutos.

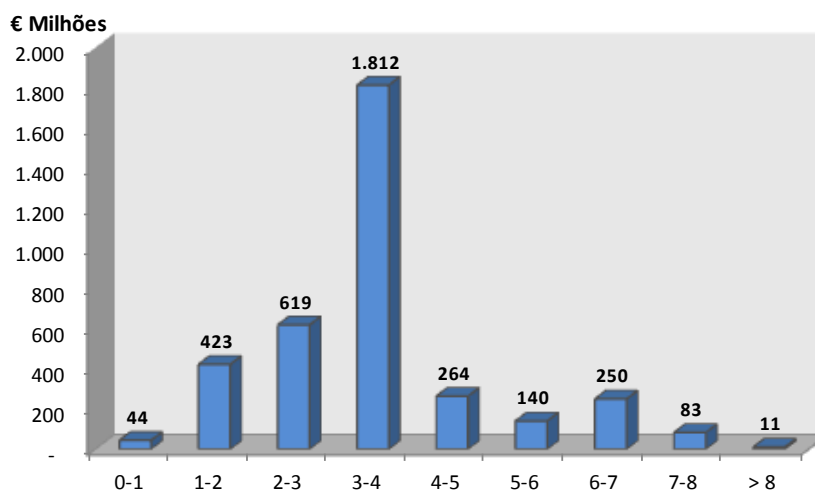
⁶ Fonte: EUROSTAT, Serviço de Estatística das Comunidades Europeias.

Gráfico 1 - Quantidade de CNs que o Brasil exportou para a U.E., pelo SGP, divididos por faixa de diferença (p.p.) entre a tarifa NMF e SGP (nível 8 dígitos 2010)



O **Gráfico 1** mostra que a maioria dos produtos que o Brasil exportou para a U.E. via SGP possui uma concessão tarifária entre dois e três p.p (31% do total de CNs). Também é relevante a quantidade de CNs com uma diminuição entre 3 e 4 p.p (26% do total).

Gráfico 2 - Valor das exportações do Brasil para a U.E., efetivas pelo SGP, por faixa de diferença tarifária - em pontos percentuais (2010)



O **gráfico 2** mostra que 1,8€ bilhões, ou 50% das exportações totais realizadas para a U.E., por meio do SGP, tiveram uma diminuição tarifária que variou entre 3 e 4 p.p. Apenas 20% destas exportações, ou 747€ milhões, tiveram uma concessão tarifária maior do que 4p.p.

Conclusão

Em linhas gerais, é possível concluir que a diminuição tarifária obtida com o SGP, apesar de baixa, beneficia diversas cadeias produtivas relevantes para a economia nacional. Em 2010, o SGP representou cerca de 10% das exportações totais do Brasil para o bloco europeu, sendo que os principais produtos beneficiados foram **industrializados de alto valor agregado, como máquinas, automóveis e autopeças**. Com o fim do SGP, esses setores sofreriam o impacto de um aumento tarifário e podem perder espaço no mercado europeu.

Os critérios de graduação propostos pela Comissão Europeia ainda podem ser revistos pelo Parlamento, que tem competência para tanto. Porém, essa possibilidade segue sendo extremamente incerta. O mais provável é que o Brasil seja mesmo excluído do programa no final de 2013. Mais do que concessões unilaterais a países de rápido desenvolvimento, como o Brasil, neste momento a Europa visa à assinatura de acordos preferenciais que beneficiem mais profundamente a sua indústria.

Nesse contexto, a negociação do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a U.E. relaciona-se diretamente com a permanência do Brasil no regime de preferências do SGP e obriga as autoridades nacionais a atuar nessas duas frentes de maneira coordenada. Um descompasso entre a graduação do Brasil e a assinatura do TLC pode trazer prejuízos ao Brasil, anulando, no pior dos cenários, alguns dos benefícios esperados com o acordo. Sendo assim, as negociações devem seguir a lógica de buscar sempre a manutenção da tarifa mais baixa possível para os produtos brasileiros, seja no contexto do SGP ou de um acordo de livre comércio.